

Elo Participações Ltda.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023



Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório da Administração..... | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 4 |
| Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022..... | 7 |
| Demonstrações dos resultados dos exercícios | 8 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 9 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... | 10 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 11 |
| Notas explicativas às Demonstrações Financeiras | 12 |
| 1. Contexto operacional..... | 12 |
| 2. Base de preparação | 13 |
| 3. Principais práticas contábeis | 14 |
| 4. Caixa e equivalentes de caixa..... | 24 |
| 5. Instrumentos financeiros | 25 |
| 6. Contas a receber, líquido das perdas esperadas | 27 |
| 7. Impostos a recuperar..... | 30 |
| 8. Despesas antecipadas | 30 |
| 9. Outros créditos | 31 |
| 10. Depósitos judiciais..... | 31 |
| 11. Investimentos | 32 |
| 12. Imobilizado..... | 34 |
| 13. Intangível | 36 |
| 14. Contas a pagar operacionais | 36 |
| 15. Obrigações com portadores | 37 |
| 16. Programa de incentivos às vendas | 37 |
| 17. Salários e encargos..... | 37 |
| 18. Impostos e contribuições a recolher | 37 |
| 19. Dividendos a receber e Lucros a distribuir | 37 |
| 20. Outras contas a pagar..... | 38 |
| 21. Passivo de arrendamento mercantil | 38 |
| 22. Partes relacionadas | 39 |
| 23. Remuneração pessoal chave da Administração | 41 |
| 24. Imposto de renda e contribuição social diferidos..... | 41 |
| 25. Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis | 43 |
| 26. Obrigações com parceiros e clientes..... | 45 |
| 27. Patrimônio líquido..... | 45 |
| 28. Receita líquida..... | 46 |
| 29. Despesas por natureza | 46 |
| 30. Resultado financeiro..... | 47 |
| 31. Cobertura de seguros..... | 47 |
| 32. Gestão de riscos..... | 47 |
| 33. Regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN) | 51 |
| 34. Eventos subsequentes | 51 |

Relatório da Administração

Aos Sócios,

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Elo Participações Ltda. ("EloPar"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Como destaque, a EloPar apresentou novamente resultados positivos que refletem a credibilidade dos produtos ofertados pelas empresas do Grupo EloPar, consequência da busca contínua na inovação de produtos e serviços, sempre com o compromisso de gerar valor aos seus sócios, empresas investidas, fornecedores e parceiros.

Com base nas Demonstrações Financeiras, a EloPar registrou neste período um lucro líquido de R\$ 1,7 bilhão, apresentando um crescimento de 26,7% superior ao exercício anterior, registrou em seu balanço ativos totais de R\$ 3,6 bilhões, patrimônio líquido de R\$ 2,9 bilhões e distribuição de R\$ 1,3 bilhão de lucros aos sócios ao longo do exercício de 2023, relativo aos lucros apurados no exercício de 2022.

Registramos os agradecimentos da Administração, a todos os nossos colaboradores, fornecedores, parceiros e sócios pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Convidamos a todos para conhecerem o resumo de nossos resultados do ano de 2023.

A Administração.

Barueri, 12 de abril de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores

Elo Participações Ltda.

Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elo Participações Ltda. (“Empresa” ou “EloPar”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elo Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP 2SP-027685/O-0 F SP



Carlos Massao Takauthi

Contador CRC 1SP206103/O-4

Elo Participações Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | | | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|--|------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | |
| ATIVO | | | | | | PASSIVO | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 657.408 | 331.901 | 11.042.440 | 7.663.656 | Fornecedores | | 2.611 | 1.155 | 145.504 | 148.703 |
| Instrumentos financeiros | 5 | - | - | 93.574 | 150.753 | Contas a pagar operacionais | 14 | - | - | 3.733.642 | 3.534.481 |
| Contas a receber | 6 | - | 154.390 | 1.971.930 | 4.596.384 | Obrigações com portadores | 15 | - | - | 2.619.474 | 2.450.409 |
| Impostos a recuperar | 7 | 15.722 | 22.838 | 119.068 | 186.032 | Programa de incentivo a vendas | 16 | - | - | 33.806 | 10.112 |
| Dividendos a receber | 19.a | 269.387 | 446.625 | - | - | Salários e encargos | 17 | 26.011 | 24.187 | 226.284 | 212.938 |
| Despesas antecipadas | 8 | 2.040 | 2.250 | 155.643 | 145.843 | Impostos e contribuições a recolher | 18 | 9.409 | 10.589 | 184.261 | 146.769 |
| Outros créditos | 9 | 24.590 | 24.483 | 197.726 | 259.343 | Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis | 25 | 4.112 | 2.892 | 20.264 | 13.471 |
| Total ativo circulante | | 969.147 | 982.487 | 13.580.381 | 13.002.011 | Obrigações com parceiros e clientes | 26 | - | - | 3.852.105 | 3.926.869 |
| | | | | | | Dividendos a pagar | 19.b | 439.438 | 346.855 | 439.438 | 522.133 |
| Despesas antecipadas | 8 | - | - | 200.997 | 182.283 | Passivo de arrendamento mercantil | 21 | 2.405 | 2.414 | 12.141 | 13.224 |
| Instrumentos financeiros | 5 | - | - | 161.067 | - | Outras contas a pagar | 20 | 26.547 | 27.715 | 649.397 | 489.083 |
| Depósitos judiciais | 10 | 54.043 | 59.728 | 150.613 | 147.444 | Total passivo circulante | | 510.533 | 415.807 | 11.916.316 | 11.468.192 |
| Ativo fiscal diferido | 24.b | 45.495 | 51.496 | 312.036 | 278.120 | Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis | 25 | 67.881 | 87.681 | 191.627 | 191.626 |
| Outros créditos | 9 | - | - | 311 | 2.016 | Salários e encargos | 17 | 29.117 | 24.609 | 65.132 | 59.671 |
| Investimentos | 11 | 2.517.611 | 2.116.259 | 420.373 | 344.561 | Passivo fiscal diferido | 24.b | 5.694 | 49.875 | 94.100 | 104.394 |
| Imobilizado | 12 | 11.549 | 9.671 | 57.869 | 66.398 | Passivo de arrendamento mercantil | 21 | 253 | 2.284 | 5.969 | 13.863 |
| Intangível | 13 | 863 | 675 | 757.867 | 631.647 | Outras contas a pagar | 20 | - | - | 264 | 165 |
| Total ativo não circulante | | 2.629.561 | 2.237.829 | 2.061.133 | 1.652.469 | Total passivo não circulante | | 102.945 | 164.449 | 357.092 | 369.719 |
| | | | | | | Capital social | 27.a | 347.309 | 347.309 | 347.309 | 347.309 |
| | | | | | | Reserva legal | 27.b | 85.480 | 85.480 | 85.480 | 85.480 |
| | | | | | | Reserva de retenção de lucros | 27.c | 1.318.315 | - | 1.318.315 | - |
| | | | | | | Reserva de expansão | 27.d | 1.234.126 | 2.207.271 | 1.234.126 | 2.207.271 |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido | | 2.985.230 | 2.640.060 | 2.985.230 | 2.640.060 |
| | | | | | | Participação de acionistas não controladores | | - | - | 382.876 | 176.509 |
| Total do Ativo | | 3.598.708 | 3.220.316 | 15.641.514 | 14.654.480 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 3.598.708 | 3.220.316 | 15.641.514 | 14.654.480 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elo Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Receita líquida | 28 | - | - | 9.155.845 | 7.950.970 |
| Custos | 29 | - | - | (4.767.540) | (3.856.274) |
| Lucro bruto | | - | - | 4.388.305 | 4.094.696 |
| Despesa com pessoal | 29 | (6.668) | (13.084) | (909.013) | (794.783) |
| Gerais e administrativas | 29 | (39.220) | (58.876) | (1.484.111) | (1.329.060) |
| Resultado com equivalência patrimonial | 11 | 1.745.130 | 1.395.133 | 49.352 | 19.772 |
| Outras receitas / (despesas) | 29 | 1.887 | 12.651 | 33.354 | (34.634) |
| Lucro antes do resultado financeiro e impostos | | 1.701.129 | 1.335.824 | 2.077.887 | 1.955.991 |
| Receitas financeiras | 30 | 82.800 | 69.440 | 1.300.646 | 991.416 |
| Despesas financeiras | 30 | (5.681) | (5.310) | (461.857) | (586.613) |
| Lucro antes dos impostos | | 1.778.248 | 1.399.954 | 2.916.676 | 2.360.794 |
| Impostos correntes | 24.a | (58.675) | (53.408) | (984.322) | (756.692) |
| Impostos diferidos | 24.a | 38.180 | 40.873 | 44.210 | (21.895) |
| Lucro líquido dos exercícios | | 1.757.753 | 1.387.419 | 1.976.564 | 1.582.207 |
| Atribuível a: | | | | | |
| Participação de sócios controladores | | 1.757.753 | 1.387.419 | 1.757.753 | 1.387.419 |
| Participação de acionistas não controladores | | - | - | 218.811 | 194.788 |
| Lucro líquido básico por quota (em R\$) | | 5,061 | 3,995 | - | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elo Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Resultado líquido dos exercícios | 1.757.753 | 1.387.419 | 1.976.564 | 1.582.207 |
| Outros resultados abrangentes | - | 626 | - | 626 |
| Resultado abrangente total | 1.757.753 | 1.388.045 | 1.976.564 | 1.582.833 |
| Resultado abrangente atribuível aos: | | | | |
| Sócios controladores | 1.757.753 | 1.388.045 | 1.757.753 | 1.388.045 |
| Acionistas não controladores | - | - | 218.811 | 194.788 |
| Resultado abrangente total | 1.757.753 | 1.388.045 | 1.976.564 | 1.582.833 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elo Participações Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

| | NE | Reservas de lucros | | | | | Lucro dos exercícios | Total do patrimônio líquido (sócios controladores) | Participação acionistas não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|-------------|--------------------|-------------------------------|---------------|-------------------------------|---------------------|----------------------|--|---|-----------------------------|
| | | Capital social | Outros resultados abrangentes | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | Reserva de expansão | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 1.052.000 | (626) | 85.480 | - | 1.803.203 | - | 2.940.057 | 315.499 | 3.255.556 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | - | 626 | - | - | - | - | 626 | - | 626 |
| Redução capital social por cisão | | (704.691) | - | - | - | 90.135 | - | (614.556) | - | (614.556) |
| Dividendos adicionais | | - | - | - | - | (726.631) | - | (726.631) | (158.500) | (885.131) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 1.387.419 | 1.387.419 | 194.788 | 1.582.207 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | | | |
| Dividendos obrigatórios | | - | - | - | - | - | (346.855) | (346.855) | (175.278) | (522.133) |
| Reserva para expansão | | - | - | - | - | 1.040.564 | (1.040.564) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 27.a | 347.309 | - | 85.480 | - | 2.207.271 | - | 2.640.060 | 176.509 | 2.816.569 |
| Dividendos adicionais | | - | - | - | - | (973.145) | - | (973.145) | - | (973.145) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 1.757.753 | 1.757.753 | 218.811 | 1.976.564 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | | | |
| Dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio | 27.e | - | - | - | - | - | (439.438) | (439.438) | (12.444) | (451.882) |
| Reserva de retenção de lucros | 27.c | - | - | - | 1.318.315 | - | (1.318.315) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 347.309 | - | 85.480 | 1.318.315 | 1.234.126 | - | 2.985.230 | 382.876 | 3.368.106 |

Elo Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

| | NE | Controladora | | Consolidado | |
|---|----|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Lucro líquido dos exercícios | | 1.757.753 | 1.387.419 | 1.976.564 | 1.582.207 |
| Ajustes para: | | | | | |
| Participação de acionistas não controladores | | - | - | (218.811) | (194.788) |
| Depreciações e amortizações | | 4.584 | 4.843 | 185.928 | 149.232 |
| Provisão para perdas | | (675) | 614 | 12.734 | 10.608 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | - | - | - | (90.135) |
| Resultado com equivalência patrimonial | 11 | (1.745.130) | (1.395.133) | (49.352) | (19.772) |
| Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis | | (18.580) | (1.714) | 6.794 | 14.394 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 24 | (38.180) | (40.873) | (44.210) | (594) |
| Juros sobre arrendamento mercantil | | (473) | (238) | 922 | 842 |
| Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalente | | - | - | - | (189) |
| (Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais | | | | | |
| Instrumentos financeiros | | - | - | (103.888) | (250.656) |
| Contas a receber | | 155.065 | 119.776 | 2.611.720 | (1.133.021) |
| Empréstimos e recebíveis | | - | - | - | 92.259 |
| Impostos a recuperar | | 7.116 | 9.332 | 66.964 | 69.847 |
| Despesas antecipadas | | 210 | (482) | (28.514) | (26.709) |
| Depósitos judiciais | | 5.685 | (2.483) | (3.169) | (10.324) |
| Outros créditos | | (107) | (7.828) | 63.322 | 6.195 |
| Passivos com instituições financeiras | | - | - | - | 889.504 |
| Fornecedores | | 1.456 | (352) | (3.199) | (15.771) |
| Contas a pagar operacionais | | - | - | 199.161 | 926.896 |
| Obrigações com portadores | | - | - | 169.065 | 174.234 |
| Programa de incentivos às vendas | | - | - | 23.694 | (10.766) |
| Salários e encargos | | 6.332 | 10.465 | 18.807 | 45.389 |
| Impostos e contribuições a recolher | | 46.706 | 45.010 | 557.527 | 434.000 |
| Impostos pagos | | (47.886) | (41.954) | (520.035) | (397.439) |
| Obrigações com parceiros e clientes | | - | - | (74.764) | - |
| Outras contas a pagar | | (1.168) | (6.308) | 160.413 | 625.261 |
| Arrendamento mercantil | | (1.567) | (3.265) | (9.899) | (19.086) |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | | 131.141 | 76.829 | 4.997.774 | 2.851.618 |
| (Aumento)/redução nas atividades de investimentos | | | | | |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | | | |
| Baixa investimento controlada | | 240.463 | - | - | (43.464) |
| Aumento de capital controlada | | (200) | - | - | - |
| Participação de acionistas não controladores | | - | - | - | (138.990) |
| Dividendos recebidos | | 1.264.211 | 863.622 | - | - |
| Juros sobre capital próprio | | 16.542 | - | - | 9.157 |
| Adições/(baixas) ao imobilizado e intangível | | (6.650) | (105) | (298.990) | (209.069) |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento | | 1.514.366 | 863.517 | (298.990) | (382.366) |
| (Aumento)/redução nas atividades de financiamento | | | | | |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | | |
| Distribuição de lucros | | (1.320.000) | (940.182) | (1.320.000) | (928.401) |
| Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento | | (1.320.000) | (940.182) | (1.320.000) | (928.401) |
| Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa | | 325.507 | 164 | 3.378.784 | 1.540.851 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| Saldo inicial | | 331.901 | 331.737 | 7.663.656 | 6.122.616 |
| Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa | | - | - | - | 189 |
| Saldo final | | 657.408 | 331.901 | 11.042.440 | 7.663.656 |
| Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa | | 325.507 | 164 | 3.378.784 | 1.540.851 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Elo Participações Ltda. (“Empresa” ou “EloPar”) é uma “ *Holding* ”, constituída na forma de sociedade empresária limitada, domiciliada no Brasil que tem como sócios controladores diretos Bradescard Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A. O endereço do escritório da Empresa é Alameda Xingu, nº 512, 2º e 8º andares, Edifício “Condomínio Evolution Corporate” - Barueri, São Paulo.

A Empresa tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente pela Empresa; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas, direta ou indiretamente pela Empresa, bem como a realização de todas e quaisquer atividades conexas ou correlatas, que não sejam privativas de sociedade de prestação de serviços profissionais regulamentadas e que não dependam de autorização governamental específica; a prestação de quaisquer serviços administrativos às empresas controladas direta ou indiretamente pela Empresa. O licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Empresa. Todas as controladas estão estabelecidas no Brasil e têm como moeda funcional o real.

Controladas diretas e indiretas

| Empresas | Setor | Controladas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------------|-------------|--------------------------------|--------------------------------|
| | | | Participação no capital social | Participação no capital social |
| Alelo Instituição de Pagamento S.A | Serviços | Indireta | 100,00% | 100,00% |
| Elo Serviços S.A | Serviços | Direta | 57,07% | 57,07% |
| Elo Holding Financeira S.A | <i> Holding </i> | Direta | 100,00% | 100,00% |
| Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A | Serviços | Direta | 100,00% | 100,00% |
| Nível S.A. | Serviços | Direta | 100,00% | 100,00% |

O contexto operacional das controladas estão demonstradas abaixo:

Controladas diretas

Elo Serviços S.A. - é uma companhia 100% brasileira do segmento de Soluções de Pagamento criada em 2011 e tem o intuito de viabilizar a realização de pagamentos entre as diversas partes da cadeia: Consumidores, Estabelecimentos, Bancos Emissores, Credenciadores e empresas de tecnologia que fazem parte do ecossistema. Tendo seus controladores como principais emissores de cartões de débito e crédito com a bandeira Elo.

Elo Holding Financeira S.A. - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições.

Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A. - tem como objetivo atuação direta ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participações de capital em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista e o licenciamento ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade, etc.

Nível S.A. - tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas

de fidelização em razão de relacionamento com a Sociedade e/ ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descrita, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiro; e (j) a participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista

Controladas indiretas

Alelo Instituição de Pagamentos S.A. - foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores referentes aos benefícios de alimentação e refeição, mobilidade urbana através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, *smart cards* e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via “tag” e plataforma de pedidos

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 12 de abril de 2024.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas.

- Valor justo das aplicações financeiras - é determinado com base em modelos matemáticos e em dados observáveis divulgados por fontes de mercado externas e/ou não observáveis determinados com base nas melhores expectativas determinadas pela administração da Empresa. Vide nota explicativa nº 5;
- Cálculo da provisão para perdas esperadas de contas a receber e outros créditos - é baseado nas informações históricas de perdas e ajustado para expectativas futuras de determinados índices que afetam a

inadimplência das carteiras. Vide nota explicativa nº 6;

- Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Vide nota explicativa nº 24.b;
- Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Vide nota explicativa nº 25;
- Receita de *Breakage* / Receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage*. Vide nota explicativa nº 28;
- Realização do crédito tributário - é determinada com base na expectativa de geração de lucro tributável futuro, o qual é baseado em expectativas definidas pela administração da Empresa - Vide nota explicativa nº 24.c.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

d. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A seguinte alteração e interpretação das normas contábeis que foram publicadas pelo IASB, não resultaram em impacto para as demonstrações financeiras da Empresa:

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Empresa e suas controladas não esperam impactos relevantes da adoção dessas alterações.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada. São sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- quando os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto *Solely Payments of Principal and Interest* (“SPPI”).

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada

do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente de ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado;
- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros é calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado;
- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente de ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

1. os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
2. transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (*valuation* por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado. Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte e o da própria entidade.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

A Empresa possui estruturas de *hedge* de fluxo de caixa, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele.

c. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial.

As despesas pagas antecipadamente ou despesas antecipadas devem ser rateadas mensalmente com base no princípio da competência, principalmente quando o rateio deve acontecer em mais de um exercício fiscal.

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como os prêmios de seguro, assinatura de periódicos, contratos de manutenção, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e controladas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Empresa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Empresa possui controle compartilhado, onde a Empresa tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e controladas são contabilizadas por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Empresa, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

e. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

| | |
|-------------------------------------|---------|
| Instalações | 10 anos |
| Móveis equipamentos de uso | 10 anos |
| Sistema de comunicação | 5 anos |
| Sistema de processamento de dados | 5 anos |
| Software e licenças de uso | 5 anos |
| Benfeitoria em imóveis de terceiros | 5 anos |

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis dos ativos são revistos a cada encerramento de exercício

financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

| | |
|--|--------|
| Projetos – Desenvolvidos internos (Lei 11.638/07- CPC 04 (R1)) | 5 anos |
| Software e licenças | 5 anos |

g. Ágio (*goodwill*)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual ou quando houver indício de perda do seu valor recuperável, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

h1. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e contas a receber

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor; e
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

h2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

i. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Passivos contingentes - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Obrigações legais - as obrigações legais classificadas como prováveis são devidamente provisionadas.

j. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa.

Todas as receitas das empresas controladas, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

- Etapa 1: Identificação do contrato com o cliente;
- Etapa 2: Identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- Etapa 3: Determinação do preço da transação;
- Etapa 4: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
- Etapa 5: Reconhecimento da receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

A **Livelo S.A.** classifica as receitas de programas de pontos da seguinte forma:

Receita de resgate de pontos: A Sociedade oferece aos seus parceiros o direito de resgate por meio da emissão de pontos que são registrados no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida às contas a receber. Desta forma, a receita de resgate de pontos, ocorre quando há resgate de pontos com os parceiros do programa de pontuação Livelo.

Receita de *breakage*: Refere-se à receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, e o reconhecimento gradual dos pontos que vão expirar, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage*. O reconhecimento da receita ocorre quando os pontos são expirados efetivamente, e pela estimativa de pontos que vão expirar.

Receita sobre comissão de vendas: Refere-se a receita gerada pela utilização da plataforma e serviço, é cobrado um valor de comissão do parceiro.

A **Elo Serviços S.A.** classifica suas receitas como transacionais e receitas de serviços:

Receita transacional: é gerada em transações nacionais e internacionais por meio da cobrança de tarifas dos emissores de cartões e adquirentes com base na quantidade de transações e, principalmente, nos valores do volume transacionado. A receita transacional é registrada em um momento específico, pois o serviço é prestado quando uma compra é gerada em cartões ou outros dispositivos que carregam a bandeira da Sociedade.

As receitas de serviços: incluem serviços de valor agregado para suportar os clientes. Esses serviços incluem tarifas antifraude, tarifas de conectividade, tarifas de consultoria e outras taxas de serviços. O reconhecimento da receita de serviços é registrado quando o serviço é prestado ou disponibilizado ao cliente ou no período em que ocorrem as operações de pagamento envolvendo o serviço específico.

As controladas **Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.** e **Elo Holding Financeira S.A.** não geram receitas operacionais.

A controlada indireta **Alelo Instituição de Pagamento S.A.** classifica as receitas de prestação de serviços de benefícios, conforme abaixo:

Receita adquirente: Referem-se as tarifas e taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais pela utilização dos cartões Alelo, tais como comissão, anuidade e tarifas, as mesmas são cobradas e reconhecidas nas liquidações aos estabelecimentos comerciais.

Receita emissor: Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização dos benefícios. São cobradas na fatura dos clientes e reconhecidas quando recebemos

os pagamentos.

Receita de comissão de vendas: Referem-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados dos seus parceiros pela captação/indicação de clientes, e o reconhecimento é realizado por competência.

k. Outras receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; e (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

l. Receitas/(despesas), líquidas

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

n. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

o. Arrendamento mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Empresa não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais;
- e custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Empresa estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
| Caixa | | | | |
| Caixa e bancos | 55 | 67 | 145.882 | 138.931 |
| Moeda estrangeira (a) | - | - | 35.383 | 54.118 |
| Equivalentes de caixa | | | | |
| Aplicações financeiras | - | - | 23 | - |
| Fundos de investimentos (b) | 569.873 | 330.799 | 9.807.807 | 7.142.373 |
| Certificado de depósito bancário (c) | 87.480 | 1.035 | 1.053.345 | 328.234 |
| Total | 657.408 | 331.901 | 11.042.440 | 7.663.656 |

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício.

(b) As aplicações com fundos de investimentos não exclusivos são administradas pelo Banco Bradesco S.A., BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal que possuem liquidez diária. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

(c) As aplicações em certificados de depósito bancário estão classificadas no curto prazo, uma vez que as operações foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentavam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate remunerados ao CDI.

5. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

| | Classificação | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|---------------|--------------|------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Títulos públicos | | - | - | - | 13 |
| Letras financeiras do tesouro | VJR | - | - | - | 13 |
| Títulos privados | | - | - | 254.641 | 150.740 |
| Swap (a) | VJR | - | - | 93.574 | - |
| Letras financeiras | CA | - | - | 162.222 | 151.406 |
| (-) Perda esperada | | - | - | (1.155) | (666) |
| Total | | - | - | 254.641 | 150.753 |
| Circulante | | - | - | 93.574 | 150.753 |
| Não circulante | | - | - | 161.067 | - |

(a) A controlada Livelos S.A. possui um contrato de Swap designado como *hedge* de taxa de juros, com valor nominal de R\$ 324.000, com remuneração de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI.

b) Ativos e Passivos financeiros – Classificação

| Ativos financeiros | Classificação | Nível | Controladora | | | |
|--|---------------|-------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
| | | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Certificado de depósito bancário – CDB's | VJR | 2 | 87.480 | 87.480 | 1.035 | 1.035 |
| Fundos de investimentos | VJR | 2 | 569.873 | 569.873 | 330.799 | 330.799 |
| Contas a receber | CA | 2 | - | - | 155.065 | 154.390 |
| Total de ativos financeiros | | | 657.353 | 657.353 | 486.899 | 486.224 |

| Passivos financeiros | Classificação | Nível | Controladora | | | |
|--------------------------------------|---------------|-------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
| | | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Fornecedores | CA | 2 | 2.611 | 2.611 | 1.155 | 1.155 |
| Passivo de arrendamento mercantil | CA | 2 | 2.658 | 2.658 | 4.698 | 4.698 |
| Outras contas a pagar | CA | 2 | 26.547 | 26.547 | 27.715 | 27.715 |
| Total de passivos financeiros | | | 31.816 | 31.816 | 33.568 | 33.568 |

| Ativos financeiros | Classificação | Nível | Consolidado | | | |
|--|---------------|-------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
| | | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Letras financeiras do tesouro | VJR | 2 | - | - | 13 | 13 |
| Letras financeiras | CA | 2 | 162.222 | 161.067 | 151.406 | 150.740 |
| Swap | VJR | 2 | 93.574 | 93.574 | - | - |
| Certificado de depósito bancário - CDB's | VJR | 2 | 1.053.345 | 1.053.345 | 328.234 | 328.234 |
| Fundos de investimentos | VJR | 2 | 9.807.807 | 9.807.807 | 7.142.373 | 7.142.373 |
| Contas a receber | CA | 2 | 2.010.773 | 1.971.930 | 4.622.827 | 4.596.384 |
| Outros créditos – mútuo | VJR | 2 | - | - | 9.332 | 7.902 |
| Total de ativos financeiros | | | 13.127.721 | 13.087.723 | 12.254.185 | 12.225.646 |

| Passivos financeiros | Classificação | Nível | Consolidado | | | |
|--------------------------------------|---------------|-------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
| | | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Fornecedores | CA | 2 | 145.504 | 145.504 | 148.703 | 148.703 |
| Contas a pagar operacionais | CA | 2 | 3.733.642 | 3.733.642 | 3.534.481 | 3.534.481 |
| Obrigações com portadores | CA | 2 | 2.619.474 | 2.619.474 | 2.450.409 | 2.450.409 |
| Obrigações com parceiros e clientes | CA | 2 | 3.852.105 | 3.852.105 | 3.926.869 | 3.926.869 |
| Programa de incentivo a vendas | CA | 2 | 33.806 | 33.806 | 10.112 | 10.112 |
| Passivo de arrendamento mercantil | CA | 2 | 18.110 | 18.110 | 27.087 | 27.087 |
| Outras contas a pagar | CA | 2 | 649.661 | 649.661 | 489.248 | 489.248 |
| Total de passivos financeiros | | | 11.052.302 | 11.052.302 | 10.586.909 | 10.586.909 |

Não houve transferência entre níveis, durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação:

- **Nível 1:** o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- **Nível 2:** o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.
- **Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

Nível 2:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável; e
- Para outros instrumentos financeiros - análise de fluxo de caixa descontado.

Nível 3:

- Não existem informações de precificação observáveis em mercado ativo. São utilizados critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos estruturados.

6. Contas a receber, líquido das perdas esperadas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Clientes | - | - | 1.077.848 | 3.589.318 |
| Partes relacionadas | - | 155.065 | 932.565 | 1.033.509 |
| (-) Provisão de perdas esperadas (a) | - | (675) | (38.483) | (26.443) |
| Total | - | 154.390 | 1.971.930 | 4.596.384 |
| Circulante | - | 154.390 | 1.971.930 | 4.596.384 |
| Não circulante | - | - | - | - |

(a) A provisão de perdas esperadas de clientes da Empresa são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. A Empresa e suas controladas dispõem de políticas internas e instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de “default”.

A movimentação da perda esperada é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Saldo inicial | (675) | (1.289) | (27.109) | (31.920) |
| Acréscimos | (107) | (162) | (24.171) | (21.631) |
| Baixas | 782 | 776 | 11.642 | 26.442 |
| Saldo final | - | (675) | (39.638) | (27.109) |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Contas a receber | - | (675) | (38.483) | (26.443) |
| Instrumentos financeiros | - | - | (1.155) | (666) |
| Total | - | (675) | (39.638) | (27.109) |

Os valores dos quadros acima são compostos pelos provisionamentos relacionados à Contas a Receber de Clientes, Contas a Receber de Partes Relacionadas e Carteira de Instrumentos Financeiros.

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a controladora incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente aos acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da Empresa.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A Empresa conta com estrutura de gerenciamento de risco, vide nota explicativa nº 31.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de contrapartes, incluindo o risco de não pagamento apurado por modelos internos.

A Empresa conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada das contrapartes existentes da Controladora foram construídos com base em diretrizes do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativas nas variáveis dos modelos.

A carteira a receber da Controladora observa baixos índices históricos de inadimplência e/ou atraso, dado que suas operações estão destinadas as suas controladas, desta maneira classificada como *Low Default Portfolio* (LDP). Estas classes de carteiras, devido a boa qualidade de crédito das contrapartes não oferecem dados estatísticos suficientes e adequados de eventos de inadimplência e/ou perda de modo em que possa permitir uma modelagem estatística eficiente.

Desta maneira, o modelo mensuração de provisão para perdas esperadas considera na sua apuração as variáveis de PD (*Probability of Default*) com base em modelagem interna que combina consultas a informações de *Bureau* externos, e EAD (*Exposure at Default*) a qual representa o valor de exposição ao risco de crédito apurado na data de sua mensuração. Dadas as características do modelo de negócio da Empresa, a modelagem para mensuração da provisão para perdas esperadas utiliza método adaptado considerando as variáveis de EAD e PD apuradas no momento do cálculo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na Controladora, e suas respectivas provisões calculadas:

| <u>31 de dezembro de 2023</u> | <u>Saldo de exposição de risco de crédito</u> | <u>Taxa média ponderada de perda esperada</u> | <u>Provisão para perda esperada</u> |
|-------------------------------|---|---|---|
| Contas a receber (b) | - | - | - |
| Total | - | | - |

| <u>31 de dezembro de 2022</u> | <u>Saldo de exposição de risco de crédito</u> | <u>Taxa média ponderada de perda esperada</u> | <u>Provisão para perda esperada</u> |
|-------------------------------|---|---|---|
| Contas a receber (b) | 155.065 | 0,44% | (675) |
| Total | 155.065 | | (675) |

(b) Instrumentos financeiros não apresentaram classificação do ativo para elegibilidade ao cálculo de perda esperada conforme as diretrizes do CPC-48 (IFRS9).

Composição perdas esperadas

Os riscos de crédito e os modelos de apuração de perdas esperadas das empresas controladas respeitam as diretrizes da Controladora, seguindo as mesmas diretrizes dos normativos internacionais do CPC 48, respeitando as especificidades de cada modelo de negócio, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativas nas variáveis dos modelos.

O montante apurado considera os eventos contábeis registrados em suas controladas diretas. A tabela a seguir fornece o detalhamento das controladas e suas respectivas provisões apuradas:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------------------|-------------------|
| Alelo Instituição de Pagamento S.A. (c) | (20.394) | (22.255) |
| Livelo S.A. (d) | (17.460) | (3.513) |
| Elo Participações Ltda. | - | (675) |
| Elo Serviços S.A. | (628) | - |
| Total | (38.482) | (26.443) |

(c) As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na controlada Alelo Instituição de Pagamento S.A., e suas respectivas provisões calculadas:

| 31 de dezembro de 2023 | Saldo de exposição ao risco de crédito | Taxa média ponderada de perda esperada | Provisão para perda esperada |
|-------------------------------|---|---|-------------------------------------|
| A vencer até 3 dias | 907.121 | 0,23% | 2.106 |
| Vencido 4-30 dias | 58.241 | 0,62% | 359 |
| Vencido 31-60 dias | 5.015 | 3,07% | 154 |
| Vencido 61-90 dias | 1.663 | 8,84% | 147 |
| Vencido 91-360 dias | 6.499 | 22,28% | 1.448 |
| Vencido há mais de 360 dias | 17.033 | 94,99% | 16.180 |
| Total | 995.572 | | 20.394 |

| 31 de dezembro de 2022 | Saldo de exposição ao risco de crédito | Taxa média ponderada de perda esperada | Provisão para perda esperada |
|-------------------------------|---|---|-------------------------------------|
| A vencer até 3 dias | 2.981.293 | 0,10% | 3.078 |
| Vencido 4-30 dias | 87.914 | 1,71% | 1.505 |
| Vencido 31-60 dias | 2.947 | 2,07% | 61 |
| Vencido 61-90 dias | 3.242 | 4,53% | 147 |
| Vencido 91-360 dias | 5.290 | 15,88% | 840 |
| Vencido há mais de 360 dias | 16.624 | 100,00% | 16.624 |
| Total | 3.097.310 | | 22.255 |

A composição da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e ativos de contrato durante o ano estão representadas na tabela a seguir:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Contas a receber | (20.394) | (22.255) |
| Instrumentos financeiros | (1.155) | (666) |
| Total | (21.549) | (22.921) |

(d) As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na controlada Nivel S.A., e suas respectivas provisões calculadas:

| 31 de dezembro de 2023 | Saldo de exposição ao risco de crédito | Taxa média ponderada de perda esperada | Provisão para perda esperada |
|-------------------------------|---|---|-------------------------------------|
| Contas a receber | 902.963 | 1,93% | 17.460 |
| Total | 902.963 | | 17.460 |

| 31 de dezembro de 2022 | Saldo de exposição ao risco de crédito | Taxa média ponderada de perda esperada | Provisão para perda esperada |
|-------------------------------|---|---|-------------------------------------|
| Contas a receber | 747.640 | 0,47% | 3.513 |
| Estoque de pontos antecipados | 54.184 | 7,15% | 3.876 |
| Total | 801.824 | | 7.389 |

7. Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 14.424 | 21.542 | 64.451 | 138.745 |
| Imposto de renda e contribuição social | 132 | 132 | 2.256 | 2.273 |
| PIS e COFINS | 1.111 | 1.104 | 47.166 | 41.610 |
| Outros impostos a recuperar | 55 | 60 | 4.430 | 3.404 |
| Impostos a compensar | - | - | 765 | - |
| Total | 15.722 | 22.838 | 119.068 | 186.032 |
| Circulante | 15.722 | 22.838 | 119.068 | 186.032 |
| Não circulante | - | - | - | - |

8. Despesas antecipadas

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Incentivos de vendas | - | - | 230.978 | 182.897 |
| Contratos de manutenção | 2.040 | 2.250 | 106.150 | 106.268 |
| Descontos comerciais | - | - | 7.776 | 24.789 |
| Assinaturas e seguros | - | - | 578 | 206 |
| Serviços profissionais | - | - | 6.066 | 8.127 |
| Outras despesas antecipadas | - | - | 5.092 | 5.839 |
| Total | 2.040 | 2.250 | 356.640 | 328.126 |
| Circulante | 2.040 | 2.250 | 155.643 | 145.843 |
| Não circulante | - | - | 200.997 | 182.283 |

9. Outros créditos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Adiantamento a fornecedores | 17.671 | 15.707 | 145.252 | 199.178 |
| Adiantamento a funcionários | 6.113 | 7.877 | 39.711 | 47.743 |
| Depósitos garantias (a) | - | - | - | 3.285 |
| (-) Perdas esperadas | - | - | - | (3.875) |
| Mútuos a receber (b) | - | - | - | 9.332 |
| (-) Ajuste a valor justo | - | - | - | (1.430) |
| Juros sobre capital próprio a receber | - | - | 4.434 | - |
| Outros | 806 | 899 | 8.640 | 7.126 |
| Total | 24.590 | 24.483 | 198.037 | 261.359 |
| Circulante | 24.590 | 24.483 | 197.726 | 259.343 |
| Não circulante | - | - | 311 | 2.016 |

(a) Garantia contratual em dólar firmada junto à *Discover* como garantia de liquidação para as transações internacionais, realizadas com o cartão Elo. Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício. Esses valores referem-se a saldos da controlada Elo Serviços S.A.

(b) Em 30 de março de 2022, a Alelo firmou um contrato de mútuo com uma empresa de tecnologia, com vencimento em 20 de novembro de 2023. O mútuo concedido no valor de R\$ 9.000, foi desembolsado em duas parcelas semestrais de R\$ 4.500, o contrato prevê cláusula de opção de compra de ações, pela contratante. Este mútuo foi avaliado a valor justo, de acordo com o CPC 48. Em 19 de outubro de 2023, a Sociedade optou por não exercer seus direitos sob Bônus de Subscrição sendo convertido em contrato de empréstimo.

10. Depósitos judiciais

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Depósitos fiscais | 8.320 | 7.574 | 78.118 | 71.357 |
| Depósitos trabalhistas | 44.073 | 50.589 | 45.951 | 52.241 |
| Depósitos cíveis | - | - | 196 | - |
| Bloqueio judicial | 1.650 | 1.565 | 2.027 | 1.715 |
| Depósito garantia | - | - | 24.321 | 22.131 |
| Total | 54.043 | 59.728 | 150.613 | 147.444 |
| Circulante | - | - | - | - |
| Não circulante | 54.043 | 59.728 | 150.613 | 147.444 |

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos contábeis das controladas diretas e indiretas apresentavam os seguintes valores:

| | Controladora | | | | | | | | |
|--|-----------------------|---------------------------|-------------------------------|---|---------------------------------------|---------------------|--|---------------------|--|
| | Capital social | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Quantidade de ações/quotas (mil) | Participação no capital social | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
| | | | | | | Investimento | Resultado de equivalência patrimonial | Investimento | Resultado de equivalência patrimonial |
| Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A. (a) | 401 | 236 | (4) | 1.255 | 100% | 236 | (4) | 40 | (9) |
| Elo Holding Financeira S.A. (b) | 555.974 | 954.842 | 391.592 | 2 | 100% | 954.842 | 391.592 | 990.430 | 220.043 |
| Alelo Instituição de Pagamento S.A. (c) | 472.414 | 860.599 | 391.603 | 2.000 | 100% | - | - | - | 114.400 |
| Elo Serviços S.A. | 342.627 | 891.852 | 509.686 | 1.433.107 | 57,0696% | 508.975 | 290.874 | 234.643 | 258.940 |
| Livelo S.A. | 139.100 | 963.921 | 1.062.668 | 139.100 | 100% | 963.921 | 1.062.668 | 801.509 | 846.118 |
| Kartra Participações Ltda. (d) | - | - | - | - | 99,99% | - | - | - | (44.359) |
| Total | | | | | | 2.427.974 | 1.745.130 | 2.026.622 | 1.395.133 |

(a) Em 28 de julho de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital de R\$ 200 com a emissão de 1.053.551 (um milhão, cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e uma) ações.

(b) Em 28 de abril de 2023, foi aprovado a redução de Capital Social da Elo Holding Financeira S.A. em dinheiro no montante de R\$ 240.463 sem o cancelamento de ações, reduzindo de R\$ 796.438 (em 31 de dezembro de 2022), para R\$ 555.974 (em 31 de dezembro de 2023).

(c) Resultado até maio de 2022 e, a partir desta data a controlada Elo Holding Financeira S.A. passa a ser a acionista da Alelo Instituição de Pagamento S.A. (antiga Alelo S.A.);

(d) Controlada da Empresa, cindida em 25 de fevereiro de 2022, controladora do Banco Digio S.A..

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos contábeis na coligada apresentavam os seguintes valores:

| | Consolidado | | | | | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|---------------------------------------|-----------------------|---------------------------|-------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|---------------------|--|---------------------|--|
| | Capital social | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Quantidade de ações (mil) | Participação no capital social | Investimento | Resultado de equivalência patrimonial | Investimento | Resultado de equivalência patrimonial |
| Cielo S.A. – Instituição de Pagamento | 5.700.000 | 12.129.689 | 2.468.466 | 73.395 | 2,7267% | 330.736 | 49.352 | 254.924 | 19.772 |
| | | | | | | 330.736 | 49.352 | 254.924 | 19.772 |

Ainda que a Livel S.A. tenha adquirido ações que importem em um percentual de participação inferior a 20% da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento, há indicativo de influência significativa. No decorrer do exercício de 2023, houveram aquisições de ações.

Para efeito de cálculo de equivalência patrimonial foram utilizadas as informações contábeis de 30 de novembro de 2023 de acordo com o artigo 248 da Lei nº 6.404/76: “I - O valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, com observância das normas desta Lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias, no máximo, antes da data do balanço da companhia; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas.”

Composição dos investimentos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Investimentos | 2.427.974 | 2.026.622 | 330.736 | 254.924 |
| Ágio – Alelo Instituição de Pagamento S.A. (a) | 89.637 | 89.637 | 89.637 | 89.637 |
| Total | 2.517.611 | 2.116.259 | 420.373 | 344.561 |

(a) Ágio registrado em 31 de agosto de 2013, resultante da incorporação da Lyra Holding S.A. na Alelo Instituição de Pagamento S.A.

12. Imobilizado

| | | Controladora | | | |
|--|------------------------------------|---------------------|------------------------------|-------------------|----------------|
| | | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
| Imobilizado de uso | Taxa anual de depreciação % | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Instalações | 10 | 7.635 | (5.827) | 1.808 | 2.424 |
| Móveis e equipamentos de uso | 10 | 4.679 | (3.145) | 1.534 | 1.492 |
| Sistemas de processamento de dados | 20 | 3.417 | (1.778) | 1.639 | 356 |
| Sistemas de comunicação | 20 | 4.134 | (1.443) | 2.691 | 164 |
| Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros) | 16,67 | 3.635 | (1.898) | 1.737 | 3.580 |
| Direitos de uso sobre bens (maquinários) | 33,33 | 2.861 | (2.111) | 750 | 861 |
| Outras imobilizações | 20 | 4.052 | (2.662) | 1.390 | 794 |
| Total | | 30.413 | (18.864) | 11.549 | 9.671 |

| | | Consolidado | | | |
|--|------------------------------------|--------------------|------------------------------|-------------------|----------------|
| | | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
| Imobilizado de uso | Taxa anual de depreciação % | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Instalações | 10 | 20.253 | (13.483) | 6.770 | 8.595 |
| Móveis e equipamentos de uso | 10 | 14.239 | (8.341) | 5.898 | 6.249 |
| Sistemas de processamento de dados | 20 | 60.288 | (41.739) | 18.549 | 18.965 |
| Sistemas de comunicação | 20 | 16.949 | (10.300) | 6.649 | 4.852 |
| Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros) | 16,67 | 31.409 | (17.868) | 13.541 | 19.314 |
| Direitos de uso sobre bens (maquinários) | 33,33 | 22.393 | (19.266) | 3.127 | 4.736 |
| Outras imobilizações | 20 | 13.778 | (10.443) | 3.335 | 3.687 |
| Total | | 179.309 | (121.440) | 57.869 | 66.398 |

A movimentação do imobilizado da controladora e consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

| | Controladora | | | | Saldo final em 31/12/2023 |
|--|--------------------------------------|-----------------|----------------|--------------------|--------------------------------------|
| | Saldo final em 31/12/2022 | Entradas | Baixas | Depreciação | |
| Imobilizado de uso | | | | | |
| Instalações | 2.424 | 134 | - | (750) | 1.808 |
| Móveis e equipamentos de uso | 1.492 | 455 | - | (413) | 1.534 |
| Sistemas de processamento de dados | 356 | 1.638 | - | (355) | 1.639 |
| Sistemas de comunicação | 164 | 2.923 | - | (396) | 2.691 |
| Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros) | 3.580 | 3.634 | (3.892) | (1.585) | 1.737 |
| Direitos de uso sobre bens (maquinários) | 861 | 382 | - | (493) | 750 |
| Outras imobilizações | 794 | 835 | - | (239) | 1.390 |
| Total | 9.671 | 10.001 | (3.892) | (4.231) | 11.549 |

| | Consolidado | | | | Saldo final em 31/12/2023 |
|--|--------------------------------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------------------------------|
| | Saldo final em 31/12/2022 | Entradas | Baixas | Depreciação | |
| Imobilizado de uso | | | | | |
| Instalações | 8.595 | 225 | - | (2.050) | 6.770 |
| Móveis e equipamentos de uso | 6.249 | 967 | - | (1.318) | 5.898 |
| Sistemas de processamento de dados | 18.965 | 7.515 | - | (7.931) | 18.549 |
| Sistemas de comunicação | 4.852 | 3.776 | (7) | (1.972) | 6.649 |
| Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros) | 19.314 | 10.259 | (15.098) | (934) | 13.541 |
| Direitos de uso sobre bens (maquinários) | 4.736 | 2.760 | (624) | (3.745) | 3.127 |
| Outras imobilizações | 3.687 | 1.060 | - | (1.412) | 3.335 |
| Total | 66.398 | 26.562 | (15.729) | (19.362) | 57.869 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na Controladora, as baixas realizadas totalizaram R\$ 3.892 (R\$ 5.804 em 2022). No Consolidado, as baixas realizadas totalizaram R\$ 15.729 em 2023 (R\$ 14.475 em 2022).

13. Intangível

| | | Controladora | | | |
|-----------------------|------------------------------------|---------------------|------------------------------|----------------|-------------------|
| | | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 |
| | Taxa anual de amortização % | Custo | Amortização acumulada | Líquido | Líquido |
| Software e licenças | 20 | 2.218 | (1.694) | 524 | 220 |
| Projetos corporativos | 20 | 581 | (242) | 339 | 455 |
| Total | | 2.799 | (1.936) | 863 | 675 |

| | | Consolidado | | | |
|-----------------------------|------------------------------------|--------------------|------------------------------|----------------|-------------------|
| | | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 |
| | Taxa anual de amortização % | Custo | Amortização acumulada | Líquido | Líquido |
| Software e licenças | 20 | 308.832 | (165.107) | 143.725 | 173.218 |
| Projetos corporativos | 20 | 873.192 | (338.441) | 534.751 | 422.409 |
| Ágio - rentabilidade futura | - | 34.356 | - | 34.356 | 35.263 |
| Carteira de clientes | 20 | 49.567 | (7.225) | 42.342 | 757 |
| Outros intangíveis | - | 3.383 | (690) | 2.693 | - |
| Total | | 1.269.330 | (511.463) | 757.867 | 631.647 |

A movimentação do intangível da Controladora e Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

| | | Controladora | | | |
|-----------------------|----------------------------------|---------------------|---------------|--------------------|----------------------------------|
| | Saldo final em 31/12/2022 | Aquisições | Baixas | Amortização | Saldo final em 31/12/2023 |
| Software e licenças | 220 | 549 | (8) | (237) | 524 |
| Projetos corporativos | 455 | - | - | (116) | 339 |
| Total | 675 | 549 | (8) | (353) | 863 |

| | | Consolidado | | | |
|-----------------------------|----------------------------------|--------------------|---------------|--------------------|----------------------------------|
| | Saldo final em 31/12/2022 | Aquisições | Baixas | Amortização | Saldo final em 31/12/2023 |
| Software e licenças | 173.218 | 17.857 | (8) | (47.342) | 143.725 |
| Projetos corporativos (a) | 422.409 | 224.157 | - | (111.815) | 534.751 |
| Ágio - rentabilidade futura | 35.263 | - | (907) | - | 34.356 |
| Carteira de clientes | 757 | 48.810 | - | (7.225) | 42.342 |
| Outros intangíveis | - | 2.877 | - | (184) | 2.693 |
| Total | 631.647 | 293.701 | (915) | (166.566) | 757.867 |

(a) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor. Substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente, principalmente na controlada Alelo Instituição de Pagamento S.A.. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na Controladora, as baixas realizadas totalizaram R\$ 8 (Não ocorreram baixas em 2022). No Consolidado as baixas realizadas totalizaram R\$ 915 em 2023 (R\$ 48.307 em 2022).

14. Contas a pagar operacionais

As obrigações com estabelecimentos comerciais (Alelo Instituição de Pagamento S.A.), com parceiros (Nível S.A.), estão registradas em contas de passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado corresponde a R\$ 3.733.642 (R\$ 3.534.481 em 31 de dezembro de 2022).

15. Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado registrado no passivo circulante é de R\$ 2.619.474 (R\$ 2.450.409 em 31 de dezembro de 2022) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões Alelo e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

16. Programa de incentivos às vendas

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado registrado no passivo circulante é de R\$ 33.806 (R\$ 10.112 em 31 de dezembro de 2022) e refere-se ao comissionamento devido aos bancos sócios e parceiros sobre as vendas dos produtos Alelo. Envolve a aplicação de taxas sobre o montante total faturado de acordo com o produto e condições comerciais negociadas com os clientes. A liquidação ocorre trimestralmente após apuração do valor comissionado via emissão e pagamento de nota fiscal.

17. Salários e encargos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Gratificações | 48.425 | 43.256 | 206.852 | 188.581 |
| Provisão de férias | 3.291 | 2.789 | 47.269 | 42.723 |
| Encargos sociais | 2.032 | 1.976 | 29.172 | 30.184 |
| Outras obrigações trabalhistas | 1.380 | 775 | 8.123 | 11.121 |
| Total | 55.128 | 48.796 | 291.416 | 272.609 |
| Circulante | 26.011 | 24.187 | 226.284 | 212.938 |
| Não circulante | 29.117 | 24.609 | 65.132 | 59.671 |

18. Impostos e contribuições a recolher

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| IR / CSLL | 6.061 | 7.360 | 61.197 | 39.811 |
| PIS | 316 | 359 | 14.925 | 12.239 |
| COFINS | 1.519 | 1.711 | 70.320 | 57.383 |
| IRRF a recolher | 1.066 | 871 | 18.645 | 13.799 |
| Impostos sobre serviços | 151 | 148 | 151 | 14.306 |
| Outros tributos a recolher | 296 | 140 | 19.023 | 9.231 |
| Total | 9.409 | 10.589 | 184.261 | 146.769 |
| Circulante | 9.409 | 10.589 | 184.261 | 146.769 |
| Não circulante | - | - | - | - |

19. Dividendos a receber e Lucros a distribuir

19.a. Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui provisão para recebimento de dividendos no valor de R\$269.387 (R\$ 446.625 em 31 de dezembro de 2022).

19.b. Dividendos e lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída provisão para pagamentos de dividendos no valor de R\$ 439.438 na Controladora e no Consolidado (R\$ 346.855 e R\$ 522.133 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente.

20. Outras contas a pagar

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Provisão de custos dos serviços prestados | 31 | 112 | 36.747 | 44.387 |
| Provisões de despesas gerais e administrativas | 11.837 | 8.672 | 115.899 | 45.031 |
| Provisão de comissionamento sobre incentivos | - | - | 86.359 | 84.911 |
| Desenvolvimento, manutenção e suporte | 3.832 | 8.423 | 52.253 | 58.150 |
| Créditos a clientes | - | - | 215.209 | 115.268 |
| Provisões de <i>marketing</i> | 2.148 | 347 | 39.356 | 50.332 |
| Contas a pagar partes relacionadas | 80 | 2.443 | 16.023 | 12.365 |
| Serviços profissionais | 8.619 | 7.718 | 27.680 | 34.175 |
| Outros pagamentos | - | - | 60.135 | 44.629 |
| Total | 26.547 | 27.715 | 649.661 | 489.248 |
| Circulante | 26.547 | 27.715 | 649.397 | 489.083 |
| Não circulante | - | - | 264 | 165 |

21. Passivo de arrendamento mercantil

A Empresa arrenda o edifício onde está localizada desde 1º de janeiro de 2019. Esse arrendamento normalmente dura 5 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, baseados em alterações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A periodicidade de pagamento da parcela do arrendamento é liquidada mensalmente.

A Empresa arrenda equipamentos de TI com prazos de contratos de 3 anos, os contratos de prazo inferior e ou de baixo valor a Empresa optou por não reconhecer em ativos de bens de uso. Os pagamentos de arrendamentos possuem parcelas fixas e são liquidados mensalmente.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Empresa é o arrendatário são apresentadas abaixo:

| | Controladora | | | | | Saldo final em 31/12/2023 |
|------------------------|------------------------------|-------------------|------------|--------------|----------------|------------------------------|
| | Saldo final em 31/12/2022 | Aluguéis pagos | Juros | Acréscimo | Baixas | |
| Arrendamento mercantil | 4.698 | (2.950) | 473 | 4.108 | (3.671) | 2.658 |
| Total | 4.698 | (2.950) | 473 | 4.108 | (3.671) | 2.658 |
| Circulante | 2.414 | | | | | 2.405 |
| Não circulante | 2.284 | | | | | 253 |

| | Consolidado | | | | | Saldo final em 31/12/2023 |
|------------------------|------------------------------|-------------------|------------|---------------|----------------|------------------------------|
| | Saldo final em 31/12/2022 | Aluguéis pagos | Juros | Acréscimo | Baixas | |
| Arrendamento mercantil | 27.087 | (16.152) | 922 | 13.109 | (6.856) | 18.110 |
| Total | 27.087 | (16.152) | 922 | 13.109 | (6.856) | 18.110 |
| Circulante | 13.224 | | | | | 12.141 |
| Não circulante | 13.863 | | | | | 5.969 |

Opções de prorrogação

Os contratos de arrendamento possuem opções de renovação sem data limite estipuladas para requerimento por parte da Empresa observando somente que no vencimento do contrato vigente a Empresa deverá devolver o espaço ou itens arrendados objeto do contrato em perfeito estado de conservação.

Taxas de desconto

A taxa de desconto considerada pela Empresa com base no custo do dinheiro aplicado em CDI via projeção do cenário econômico de curto prazo para os prazos de seu contrato, é ajustada à sua realidade e características do contrato de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

| Contratos por ano e taxa média de desconto | Taxa % a.a. |
|---|--------------------|
| Ano 2023 | 12,75 |
| Ano 2024 | 9,00 |
| Ano 2025 | 8,50 |

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

| Fluxos de caixa | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|---------------------|--------------------------------|--------------------|--------------------------------|
| | Nominal | Ajustado valor presente | Nominal | Ajustado valor presente |
| Contraprestação do arrendamento | 2.870 | 2.658 | 21.120 | 19.070 |
| Pis/Cofins potencial (9,25%) | 266 | 246 | 1.954 | 1.764 |

22. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades, são mantidas pela Empresa operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores diretos da Elo Participações Ltda. (Bradescard Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.) e controladores indiretos (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A), bem como as controladas diretas Lívolo S.A., Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A., Elo Holding Financeira S.A., e Elo Serviços S.A., e a controlada indireta Alelo Instituição de Pagamento S.A., e empresas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Banco Digio S.A. e Cielo S.A. – Instituição de Pagamento.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, bem como as movimentações relativas ao período de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Elo Participações Ltda.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2023

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---------------------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|
| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
| | Ativo (Passivo) | Receitas (Despesas) | Ativo (Passivo) | Receitas (Despesas) | Ativo (Passivo) | Receitas (Despesas) | Ativo (Passivo) | Receitas (Despesas) |
| Caixa e bancos | | | | | | | | |
| Banco Bradesco S.A. | 19 | - | 38 | - | 157.638 | - | 137.265 | - |
| Banco do Brasil S.A. | 2 | - | 2 | - | 3.325 | - | 1.650 | - |
| Caixa Econômica Federal S.A. | - | - | - | - | 12.111 | - | 8 | - |
| Banco Digio S.A. | | | | | 4.681 | | 669 | |
| Aplicações financeiras | | | | | | | | |
| Banco Bradesco S.A. | 490.245 | 52.929 | 243.080 | 26.808 | 7.648.735 | 783.586 | 4.875.827 | 321.607 |
| Banco do Brasil S.A. | 167.109 | 16.742 | 87.720 | 11.524 | 2.705.797 | 268.865 | 1.845.390 | 170.797 |
| Caixa Econômica Federal S.A. | - | - | - | - | 97.349 | 10.684 | 57.204 | 7.079 |
| Banco Digio S.A. | - | - | - | 290 | - | - | - | 21.490 |
| Contas a receber | | | | | | | | |
| Banco Bradesco S.A., | - | - | - | - | 158.615 | 153.255 | 354.645 | 160.360 |
| Banco do Brasil S.A. | - | - | - | - | 136.952 | 230.341 | 193.701 | 271.582 |
| Caixa Econômica Federal S.A. | - | - | - | - | 13.348 | 130.855 | 11.823 | 107.122 |
| Cielo S.A – Instituição de Pagamento | - | - | - | - | 606.164 | 308.140 | 543.868 | 363.619 |
| Elo Serviços S.A. | - | 11.602 | 154.062 | 25.834 | - | - | - | - |
| Banco Digio S.A. | - | - | 1.003 | - | 17.486 | 206.271 | 19.017 | - |
| Outros créditos | | | | | | | | |
| Banco Bradesco S.A. | - | - | - | - | 2.998 | (2.597) | - | - |
| Banco do Brasil S.A. | - | - | - | - | - | (1.446) | - | - |
| Caixa Econômica Federal S.A. | - | - | - | - | 215 | (70) | - | - |
| Programa de incentivo a vendas | | | | | | | | |
| Banco Bradesco S.A. | - | - | - | - | (13.259) | (78.248) | 4.291 | (84.266) |
| Banco do Brasil S.A. | - | - | - | - | 25.489 | (64.755) | (1.906) | (75.468) |
| Dividendos a receber | | | | | | | | |
| Elo Serviços S.A. | - | - | 233.006 | - | - | - | - | - |
| Livelo S.A. | - | - | 211.530 | - | - | - | - | - |
| Elo Holding Financeira S.A. | 3.720 | - | 2.089 | - | - | - | - | - |
| Dividendos a pagar | | | | | | | | |
| BB Elo Cartões Participações S.A. | (219.721) | - | (173.393) | - | (219.675) | - | (173.393) | - |
| Caixa Econômica Federal S.A. | - | - | - | - | - | - | (169.090) | - |
| Bradescard Elo Participações S.A. | (219.763) | - | (173.462) | - | (219.763) | - | (179.650) | - |
| Contas a pagar | | | | | | | | |
| Banco Bradesco S.A. | (35) | (129) | (34) | (690) | (90) | (17.958) | (28.710) | (25.470) |
| Banco do Brasil S.A. | - | (2) | - | (163) | (318) | (7.519) | (26.644) | (140.214) |
| Caixa Econômica Federal S.A. | - | - | - | - | - | (790) | (33.492) | (8.590) |
| Cielo S.A – Instituição de Pagamento | - | - | - | - | (10.635) | (169.850) | (10.630) | (174.921) |
| Banco Digio S.A. | - | - | - | - | (534.357) | - | (610.392) | (8.994) |

A Empresa destaca que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

23. Remuneração pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Salários e benefícios de curto prazo | 5.850 | 4.689 | 42.595 | 43.288 |
| Bônus de longo prazo | 1.622 | 1.062 | 8.096 | 7.442 |
| | 7.472 | 5.751 | 50.691 | 50.730 |

24. Imposto de renda e contribuição social diferidos

24.a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado | 1.778.248 | 1.399.954 | 5.053.413 | 4.020.337 |
| Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente | 604.604 | 475.984 | 1.718.160 | 1.366.915 |
| <u>Efeito no cálculo dos tributos:</u> | | | | |
| Contingências tributárias, trabalhistas, cíveis | (4.942) | (583) | 1.212 | 3.507 |
| Provisão para perdas do valor recuperável | - | - | 31.106 | 9.961 |
| Equivalência patrimonial | (593.345) | (474.345) | (1.001.727) | (701.118) |
| Ativo fiscal diferido | (38.180) | (40.873) | (38.338) | 21.895 |
| Participação nos lucros - funcionários | 433 | 232 | 1.937 | 5.699 |
| Provisão para despesas administrativas | 3.685 | 1.310 | 267.308 | 72.067 |
| Incentivos fiscais | 0 | (11) | (34.951) | (22.250) |
| Outros valores | 48.240 | 50.821 | (4.595) | 21.911 |
| Imposto de renda e contribuição social | 20.495 | 12.535 | 940.112 | 778.587 |
| Sendo: | | | | |
| Impostos correntes | 58.675 | 53.408 | 984.322 | 756.692 |
| Impostos diferidos | (38.180) | (40.873) | (44.210) | 21.895 |
| Despesa contabilizada | 20.495 | 12.535 | 940.112 | 778.587 |

24.b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

| | Controladora | | | Saldo em 31/12/2023 |
|---|--------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------------------|
| | Saldo em 31/12/2022 | Constituição | Realização | |
| Provisão para contingências tributárias | 3.433 | 156 | - | 3.589 |
| Provisão para contingências trabalhistas | 27.341 | - | (6.463) | 20.878 |
| Provisão para contingências cíveis | 22 | - | (10) | 12 |
| Provisão PLR | 7.585 | 1.028 | - | 8.613 |
| Provisão administrativa | 7.314 | - | (1.689) | 5.625 |
| Outros valores | 5.801 | 977 | - | 6.778 |
| | 51.496 | 2.161 | (8.162) | 45.495 |
| Prejuízo fiscal / base negativa | - | - | - | - |
| Total dos créditos diferidos | 51.496 | 2.161 | (8.162) | 45.495 |
| IFRS16 | (4.093) | (931) | - | (5.024) |
| Atualização de depósitos judiciais | (448) | (222) | - | (670) |
| Outros valores | (45.334) | - | 45.334 | - |
| Total dos passivos fiscais diferidos | (49.875) | (1.153) | 45.334 | (5.694) |
| Total líquido dos impostos diferidos | 1.621 | 1.008 | 37.172 | 39.801 |

| | Consolidado | | | Saldo em 31/12/2023 |
|---|--------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------------------|
| | Saldo em 31/12/2022 | Constituição | Realização | |
| Provisão para contingências tributárias | 39.436 | 7.022 | - | 46.458 |
| Provisão para contingências trabalhistas | 27.816 | - | (5.757) | 22.059 |
| Provisão para contingências cíveis | 2.046 | 579 | - | 2.625 |
| Provisão fee - Visa Elo | 492 | - | (38) | 454 |
| Provisão PLR | 48.689 | 4.646 | - | 53.335 |
| Provisão administrativa | 119.813 | - | (14.799) | 105.014 |
| Provisão para perdas esperadas | 9.111 | 3.588 | - | 12.699 |
| Receita diferida | 6.855 | 11.536 | - | 18.391 |
| Provisão de receitas | 1.695 | 24.567 | - | 26.262 |
| Outros valores | 22.167 | 2.572 | - | 24.739 |
| Total dos ativos fiscais diferidos | 278.120 | 54.510 | (20.594) | 312.036 |
| Prejuízo fiscal / base negativa | - | - | - | - |
| Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) | (19.800) | (8.409) | - | (28.209) |
| Ágio | (11.040) | - | 952 | (10.088) |
| Resultado de compra vantajosa | (10.661) | (23.033) | - | (33.694) |
| Outros valores | (51.753) | - | 42.867 | (8.886) |
| Provisão de receitas | (4.168) | - | 928 | (3.240) |
| Atualização de depósitos judiciais | (6.972) | (3.011) | - | (9.983) |
| Total dos passivos fiscais diferidos | (104.394) | (34.453) | 44.747 | (94.100) |
| Total líquido dos impostos diferidos | 173.726 | 20.057 | 24.153 | 217.936 |

24.c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Controladora

Diferenças temporárias

| | Imposto de renda | Contribuição social | Total |
|--------------|------------------|---------------------|---------------|
| Até 1 ano | 26.306 | 12.297 | 38.603 |
| Até 2 anos | (3.431) | (1.235) | (4.666) |
| Até 3 anos | (3.953) | (1.423) | (5.376) |
| Até 4 anos | (5.582) | (2.009) | (7.591) |
| Até 5 anos | (6.661) | (2.398) | (9.059) |
| Até 6 anos | 20.508 | 7.382 | 27.890 |
| Total | 27.187 | 12.614 | 39.801 |

Consolidado

Diferenças temporárias

Reserva especial de ágio

| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social | Total |
|-----------------|------------------|---------------------|------------------|---------------------|----------------|
| Até 1 ano | 153.900 | 59.472 | - | - | 213.372 |
| Até 2 anos | (1.557) | (560) | - | - | (2.117) |
| Até 3 anos | 1.420 | 511 | - | - | 1.931 |
| Até 4 anos | (5.568) | (2.004) | - | - | (7.572) |
| Até 5 anos | (4.029) | (1.450) | - | - | (5.479) |
| Até 6 anos | 20.508 | 7.381 | - | - | 27.889 |
| Acima de 6 anos | - | - | (7.418) | (2.670) | (10.088) |
| Total | 164.674 | 63.350 | (7.418) | (2.670) | 217.936 |

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic 11,75%, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2023, na Controladora e no Consolidado, correspondem a R\$ 31.198 e R\$ 197.041 respectivamente (R\$ 6.187 e R\$ 168.300 em 2022).

O montante de passivo diferido de R\$ 10.088 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a rentabilidade futura do ágio, reconhecido na base de cálculo no período de 2010 a 2015 proveniente da aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da empresa Smart Benefícios Ltda na controlada Alelo.

25. Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis

A Empresa e suas controladas são parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

As controladas são parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária, trabalhista e previdenciária. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 61.405 | 80.413 | 65.502 | 82.216 |
| Tributárias | 10.554 | 10.096 | 141.588 | 114.041 |
| Cíveis | 34 | 64 | 4.801 | 8.840 |
| Total | 71.993 | 90.573 | 211.891 | 205.097 |
| Circulante | 4.112 | 2.892 | 20.264 | 13.471 |
| Não circulante | 67.881 | 87.681 | 191.627 | 191.626 |

A movimentação das provisões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

| | Controladora | | | | |
|--------------------------------|------------------------|---------------|-----------------------|---------------------|-------------------------|
| | Saldo em 31/12/2022 | Adições | Baixas / reversões | Atualizações (a) | Saldos em 31/12/2023 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 80.413 | 3.972 | (65.121) | 42.141 | 61.405 |
| Tributárias | 10.096 | 283 | (819) | 994 | 10.554 |
| Cíveis | 64 | 38 | (101) | 33 | 34 |
| | 90.573 | 4.293 | (66.041) | 43.168 | 71.993 |
| | Consolidado | | | | |
| | Saldo em 31/12/2022 | Adições | Baixas / reversões | Atualizações (a) | Saldos em 31/12/2023 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 82.216 | 4.876 | (66.865) | 45.275 | 65.502 |
| Tributárias | 114.041 | 5.683 | (2.455) | 24.319 | 141.588 |
| Cíveis | 8.840 | 4.991 | (10.707) | 1.677 | 4.801 |
| | 205.097 | 15.550 | (80.027) | 71.271 | 211.891 |

(a) Refere-se a atualizações monetárias e atualizações processuais.

As controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo possível risco de perda e que, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não geram necessidade de provisionamento. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, na Controladora, não existem processos nessas condições. No Consolidado, R\$ 436.003 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 390.297 em 31 de dezembro de 2022).

A natureza dos principais passivos contingentes são:

a) Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo.

b) Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas, ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Empresa.

c) Obrigações legais – tributárias

A Empresa e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições por meio de medidas judiciais ou administrativas, tais como: Pedido de Compensação; Auto de Infração; Ações Ativas para Garantir redução ou não incidência de tributo; Execuções Fiscais, as quais são classificadas e provisionadas de acordo com a Norma Corporativa de Provisão realizadas por cada escritório de advocacia atuante no processo, baseadas no risco individualizado.

26. Obrigações com parceiros e clientes

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Receita diferida de pontos | - | - | 3.647.514 | 3.698.031 |
| Custo de resgate de pontos | - | - | 182.736 | 226.267 |
| Provisão pontos doados | - | - | 21.855 | 2.571 |
| Total | - | - | 3.852.105 | 3.926.869 |
| Circulante | - | - | 3.852.105 | 3.926.869 |
| Não circulante | - | - | - | - |

27. Patrimônio líquido

27.a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 347.309, dividido em 347.309.429 (trezentos e quarenta e sete milhões, trezentos e nove mil e quatrocentos e vinte e nove) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

A composição de capital da Empresa em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

| Sócios | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|-----------------------------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|
| | Quantidade de quotas | Participação | Quantidade de quotas | Participação |
| Bradescard Elo Participações S.A. | 173.689.445 | 50,01% | 173.689.445 | 50,01% |
| BB Elo Cartões Participações S.A. | 173.619.984 | 49,99% | 173.619.984 | 49,99% |
| Total | 347.309.429 | 100,00% | 347.309.429 | 100,00% |

27.b. Reserva legal

O saldo de R\$ 85.480 em 31 de dezembro de 2022 e 2023, representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de exercícios anteriores.

A Empresa está desobrigada a constituir esta reserva, pois sua natureza jurídica é Sociedade Ltda., desde 2017.

27.c. Reserva de retenção de lucros

O montante de R\$ 1.318.315 refere-se a retenção do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após as destinações legais e obrigatórias. O valor apurado está disponível aos sócios para futuras deliberações.

27.d. Reserva de expansão

Os lucros não distribuídos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram destinados a reserva de expansão. Em 31 de dezembro de 2023, a reserva de expansão apresenta um saldo de R\$ 1.234.126 (R\$ 2.207.271 em 2022).

27.e. Distribuição de lucros

Em 28 de abril de 2023, foi deliberado através de ata de reunião dos sócios, o pagamento de dividendos adicionais referente ao exercício de 2022, no montante de R\$ 973.145 (R\$ 726.631 em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa registrou o montante de R\$ 439.438 (R\$ 346.855 em 2022), proveniente do resultado do exercício de 2023.

28. Receita líquida

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Bandeira Elo | - | - | 2.052.195 | 1.944.446 |
| Receita de adquirentes | - | - | 2.194.374 | 2.032.256 |
| Receita de emissores | - | - | 325.496 | 291.526 |
| Receita de comissão de vendas | - | - | 457.125 | 239.014 |
| Receita de resgate de pontos | - | - | 4.752.691 | 4.008.581 |
| Receita de <i>breakage</i> | - | - | 439.320 | 352.684 |
| Impostos sobre serviços | - | - | (1.065.356) | (917.537) |
| Total | - | - | 9.155.845 | 7.950.970 |

29. Despesas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Custo dos serviços prestados | - | - | (398.565) | (366.400) |
| Custo despesas com vendas | - | - | (500.512) | (357.850) |
| Custo de captura e processamento | - | - | (229.964) | (198.423) |
| Custo manutenção, hospedagem e sustentação | - | - | (195.733) | (178.569) |
| Custo entrega e distribuição | - | - | (23.987) | (23.741) |
| Custo com resgate de pontos | - | - | (3.856.128) | (3.076.331) |
| Despesa com pessoal | (6.668) | (13.084) | (909.013) | (794.783) |
| <i>Marketing</i> e comunicação | (709) | (459) | (428.154) | (392.200) |
| Despesas com infraestrutura | 549 | (8.729) | (394.870) | (363.869) |
| Despesas compartilhadas | - | - | (137.259) | (90.402) |
| Prestação de serviços | (7.505) | (7.823) | (192.754) | (224.664) |
| Despesas administrativas (a) | (30.862) | (29.757) | (140.386) | (101.766) |
| Depreciações e amortizações | (693) | (12.108) | (190.688) | (156.159) |
| Créditos tributários | - | - | 437.349 | 345.040 |
| Outras receitas/(despesas) | 1.887 | 12.651 | 33.354 | (34.634) |
| Total | (44.001) | (59.309) | (7.127.310) | (6.014.751) |
| Classificadas como: | | | | |
| Custos | - | - | (4.767.540) | (3.856.274) |
| Despesa com pessoal | (6.668) | (13.084) | (909.013) | (794.783) |
| Gerais e administrativas | (39.220) | (58.876) | (1.484.111) | (1.329.060) |
| Outras receitas/(despesas) | 1.887 | 12.651 | 33.354 | (34.634) |
| Total | (44.001) | (59.309) | (7.127.310) | (6.014.751) |

(a) Na Controladora, substancialmente, refere-se a indenizações trabalhistas R\$ 26.557 (R\$ 25.212 em 2022).

30. Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Aplicações financeiras | 69.684 | 39.658 | 1.185.323 | 848.298 |
| Atualizações monetárias | 12.258 | 27.447 | 2.470 | 921 |
| Variação cambial positiva | 3 | - | - | 2.959 |
| Juros e multas recebidos | 2 | - | 8.263 | 12.843 |
| Atualização monetária programa de incentivo a vendas | - | - | 34.530 | 83.424 |
| Descontos obtidos | 18 | 6 | 73 | 910 |
| Antecipação de recebíveis | - | - | 9.037 | 8.014 |
| Outras receitas financeiras | 835 | 2.329 | 60.950 | 34.047 |
| Total de receitas financeiras | 82.800 | 69.440 | 1.300.646 | 991.416 |
| Despesas de serviços financeiros | - | - | (46.774) | - |
| Atualização monetária programa de incentivo a vendas | - | - | - | (25.111) |
| Juros e multas | (88) | (40) | (652) | (802) |
| Variação cambial negativa | - | - | (5.704) | (650) |
| Despesas bancárias | - | - | (21.354) | (15.166) |
| Abatimentos e descontos | (80) | (7) | (322.083) | (495.303) |
| Juros arrendamento mercantil | - | - | (704) | (153) |
| PIS e COFINS sobre a receita financeira | (5.513) | (5.263) | (61.691) | (49.428) |
| Outras despesas financeiras | - | - | (2.895) | - |
| Total de despesas financeiras | (5.681) | (5.310) | (461.857) | (586.613) |
| Resultado financeiro | 77.119 | 64.130 | 838.789 | 404.803 |

31. Cobertura de seguros

A Empresa e suas controladas mantêm política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas pela Administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as principais apólices de seguros são:

| Tipo | Importância segurada | |
|------------------------|----------------------|------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Predial | 43.012 | 44.807 |
| Responsabilidade civil | 120.000 | 120.000 |

32. Gestão de riscos

Uma das atribuições da Empresa como *holding*, é centralizar a estrutura de gerenciamento de riscos de suas controladas. O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança. Esse modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles executadas na Empresa de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das suas controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os comitês de gestão de riscos de cada uma das controladas. São apresentados mensalmente nos comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos das controladas. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos,

assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Empresa conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e com as boas práticas de mercado, a Empresa dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional e controles internos, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital. A Empresa trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Por se tratar de uma *holding* e realizar a consolidação econômico-financeira de suas controladas, a Empresa não possui riscos de mercado e risco de liquidez. Estes riscos estão atribuídos às suas controladas, que são os geradores destas exposições, os quais são tratados individualmente em cada uma das controladas.

A seguir listamos as exposições das controladas nos respectivos riscos.

- **Risco de Liquidez**

Alelo

A Sociedade está exposta ao risco de liquidez de mercado e ao risco de liquidez de fluxo de caixa decorrente das suas operações financeiras diárias.

A Sociedade possui plano de contingência de liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que contém as principais diretrizes sobre alçadas, ações e governança a serem seguidas para o caso de necessidade decorrente de um potencial cenário de insuficiência de liquidez identificada.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado em processos diários de análises dos fluxos de caixa, através de modelo de LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações nos fluxos de caixa realizados e projetados.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

| Passivos financeiros não derivativos | Total | Até 365 dias | Acima de 365 dias |
|---|------------------|---------------------|--------------------------|
| Fornecedores | 76.533 | 76.533 | - |
| Contas a pagar operacionais | 3.723.319 | 3.723.319 | - |
| Obrigações com portadores | 2.619.474 | 2.619.474 | - |
| Programa de incentivo a vendas | 33.806 | 33.806 | - |
| Salários e encargos | 103.428 | 94.651 | 8.777 |
| Impostos e contribuições a recolher | 66.769 | 66.769 | - |
| Passivos trabalhistas, tributárias e cíveis | 89.197 | 9.574 | 79.623 |
| Dividendos a pagar | 97.901 | 97.901 | - |
| Arrendamento mercantil | 6.590 | 4.844 | 1.746 |
| Outras contas a pagar | 355.043 | 354.779 | 264 |
| Passivo fiscal diferido | 30.703 | - | 30.703 |
| Total | 7.202.763 | 7.081.650 | 121.113 |

Os valores classificados em “Contas a pagar operacionais” decorrem dos valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais, conforme utilização dos instrumentos de pagamentos dos usuários de cartões, e dessa forma compõem agenda de liquidação junto aos estabelecimentos credenciados.

Dado o modelo de negócio da Sociedade em administrar recursos de clientes disponíveis para utilização por meio de seus instrumentos de pagamento, e formação de agenda para liquidação em aproximadamente 20

(vinte) dias para os estabelecimentos, todos os valores são considerados disponíveis para uso, ou seja, com vencimento até 1 (um) mês para fins de análise e monitoramento do risco de liquidez da Sociedade.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

Nívelo

A Sociedade está exposta ao risco de liquidez de mercado e ao risco de liquidez de fluxo de caixa, decorrente das suas operações financeiras diárias.

A Sociedade possui plano de contingência de liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que contém as principais diretrizes sobre alçadas, ações e governança a serem seguidas para o caso de necessidade decorrente de um potencial cenário de insuficiência de liquidez identificada.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado em processos diários de análises dos fluxos de caixa, através de modelo de LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações nos fluxos de caixa realizados e projetados.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

| Passivos financeiros não derivativos | Total | Até 365 dias | Acima de 365 dias |
|---|------------------|---------------------|--------------------------|
| Fornecedores | 52.040 | 52.040 | - |
| Contas a pagar operacionais | 10.322 | 10.322 | - |
| Salários e encargos | 47.192 | 39.816 | 7.376 |
| Dividendos a pagar | 265.667 | 265.667 | - |
| Impostos e contribuições a recolher | 64.786 | 64.786 | - |
| Passivos contingentes | 26.503 | 1.588 | 24.915 |
| Obrigações com parceiros e clientes | 3.852.105 | 3.852.105 | - |
| Arrendamento mercantil a pagar | 5.506 | 1.553 | 3.953 |
| Outras contas a pagar | 60.071 | 60.071 | - |
| Passivo fiscal diferido | 39.340 | - | 39.340 |
| Total | 4.423.532 | 4.347.948 | 75.584 |

Os valores registrados em “Contas a pagar operacionais”, decorrem dos eventos de resgate de pontos pelos usuários no programa de recompensas da Sociedade, o qual gera o evento de contas a pagar para o respectivo parceiro de vendas.

Dado o modelo de negócio da Sociedade em administrar o programa de recompensas, todos os valores dos recursos em “Contas a pagar operacionais”, são considerados com vencimento até 1 (um) mês para fins de análise e monitoramento do risco de liquidez da Sociedade.

Os valores registrados em “Obrigações com parceiros e clientes” referem-se ao volume de pontos acumulados que a Sociedade oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

O prazo médio de resgate de pontos pelos usuários dos programas da Livelos gira em torno de 732 (setecentos e trinta e dois) dias corridos, conforme histórico de clientes até o período de fechamento do exercício, desta maneira observamos uma baixa probabilidade de necessidade de liquidez imediata frente a todas as obrigações com o estoque de pontos atual da Sociedade.

A rubrica de “Obrigações com parceiros e clientes” registrada no passivo circulante, contempla o estoque de pontos, que se encontra disponível para resgate imediato por parte dos parceiros e clientes.

A Sociedade possui um saldo total de caixa e equivalentes em cerca de R\$ 3.825.728 (Nota explicativa nº 4).

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

- **Risco de Mercado**

Alelo

A Sociedade está exposta a risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado é realizado através do cálculo do EVE (*Economic Value of Equity*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações das taxas de juros nos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros da Sociedade.

A Sociedade considera como cenário base um choque de 300bps (*bases points*) no horizonte de 30 dias para o risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela a seguir mostra o potencial impacto no patrimônio líquido decorrente do choque aplicado:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Exposição ao risco de mercado | 6.057.047 | 2.813.671 |
| Choque 300bps R\$/MM | 46.585 | 24.210 |
| Choque 300bps % PL | 5,40% | 2,70% |

O aumento na exposição do risco de mercado se deve as mudanças regulatórias nos produtos do PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador) de modo em que os produtos passaram a ter um comportamento pré-pago, reduzindo contas a receber e aumentando caixa da Sociedade.

Nível

A Sociedade está exposta no risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado é realizado através do cálculo do EVE (*Economic Value of Equity*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações das taxas de juros nos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros da Sociedade.

A Sociedade considera como cenário base um choque de 300bps (*bases points*) no horizonte de 30 dias para o risco de taxa de juros da carteira de não negociação. A tabela a seguir mostra o potencial impacto no patrimônio líquido decorrente do choque aplicado:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Exposição ao risco de mercado | 3.820.293 | 3.914.804 |
| Choque 300bps R\$/MM | 10.254 | 33.420 |
| Choque 300bps % PL | 1,10% | 4,20% |

- **Risco Operacional**

A Empresa está exposta ao risco operacional em detrimento dos processos de atendimento às suas controladas.

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A existência da Área está alinhada às práticas de mercado, políticas internas da EloPar e à Resolução CMN nº 4.557/17.

33. Regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, as atividades exercidas pela controlada indireta Alelo Instituição de Pagamentos S.A. (Alelo), na qualidade de Instituição de Pagamento nas modalidades de Emissoras de moeda eletrônica, instrumentos pós-pago e credenciadora, estão sujeitas à regulação e supervisão do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação complementar editada pelo próprio BACEN. Neste sentido, a Alelo deverá atentar-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de patrimônio líquido, dentre outros requisitos ou obrigações estabelecidas pelo regulador. A Alelo tomou todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento pelo BACEN.

Em complemento às demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Alelo estará sujeita à divulgação, a partir da autorização de funcionamento emitida pelo BACEN, das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, o qual diverge de algumas práticas adotadas atualmente.

34. Eventos subsequentes

(a) Em 5 de fevereiro de 2024, a Elo Participações Ltda. (“EloPar”) e suas controladas Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Alelo”), e Livelos S.A. (“Livelos”), em conjunto com seus controladores indiretos Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., encaminharam através de suas controladas, respectivamente Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. (“Quixaba”) e BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo”), comunicado aos “Acionistas Controladores” da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), informando a respeito de sua decisão de realizarem, uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia para (i) conversão de registro de companhia aberta na CVM, da categoria “A” para “B” e (ii) para saída do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo. O pedido de registro da OPA na CVM será realizado no prazo previsto na regulamentação vigente.

A OPA será lançada pelos (i) Acionistas Controladores (Quixaba e BB Elo) e sociedades (ii) EloPar, (iii) Alelo e (iv) Livelos, com o objetivo de realizar a aquisição, até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto por aquelas detidas pelas Ofertantes e/ou pelos Acionistas Controladores, direta ou indiretamente, e ações detidas pela própria Companhia e mantidas em tesouraria (“Ações Objeto da Oferta”). O preço ofertado de cada ação objeto da OPA será de R\$ 5,35 reais.

A EloPar contratou empresa avaliadora independente para elaborar o laudo de avaliação da Companhia. A data base considerada para avaliação da Companhia foi 31 de dezembro de 2023.

A operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo as aprovações legais e regulatórias aplicáveis das autoridades governamentais competentes. Os demais termos e condições da OPA serão oportunamente disponibilizados ao mercado, de acordo com as normas aplicáveis.

- (b) Como principais fatos ocorridos no ano de 2024, destacamos a autorização da controlada indireta Alelo Instituição de Pagamento S.A. para funcionamento como instituição de pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, conforme publicado no Diário Oficial da União nº 60 de 27.3.2024, Seção 3, página 165.

ELO PARTICIPAÇÕES LTDA.



Vinicius Urias Favarão

Diretor Presidente

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley

Diretor

Esther Dalmas

Diretora

Flávio Augusto Corrêa Basilio

Diretor

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos

Contador

CRC 1SP225353/O-0